

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.886 - RR (2018/0285420-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - RR
SUSCITADO : JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA - RR
INTERES. : SEBASTIANA DOS SANTOS ALVES
ADVOGADOS : MAURO SILVA DE CASTRO - RR000210
ELISA JACOBINA DE CASTRO CATARINA - RR001564
INTERES. : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA - SINTER
INTERES. : LUIS FELIPE BELMONTE DOS SANTOS

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA TRABALHISTA E JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS DECORRENTES DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL EM AÇÃO COLETIVA NO INTERESSE DA CATEGORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM⁸.

1. A ação de cobrança proposta por trabalhador em face de sindicato, quando não relacionada à representatividade sindical, é de natureza civil e cabe ser processada e julgada perante a Justiça Comum.
2. Conflito de competência conhecido para declarar competente a Justiça Comum.

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - RR em face do JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA - RR.

Ação: de cobrança proposta por Sebastiana dos Santos Alves em face de Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima - SINTER e Luiz Felipe Belmonte dos Santos em razão de descontos indevidos a título de honorários advocatícios no crédito recebido em ação coletiva proposta pelo Sindicato em prol da categoria.

Manifestação do Juízo Suscitado: reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho em razão da aplicação da Súmula 363 do STJ, tendo em vista que a discussão se refere à honorários advocatícios.

Manifestação do Juízo Suscitante: suscitou o presente conflito

ao argumento de que o pedido de restituição de honorários advocatícios é pautado na impossibilidade de tal cobrança decorrente de representação processual por parte do Sindicato em ações de interesse da categoria perante a Justiça do Trabalho.

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, opina pela competência da Justiça Laboral.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

No presente caso, cuida-se de ação de cobrança de valores descontados a título de honorários advocatícios contratuais do crédito recebido pelo trabalhador em reclamação trabalhista proposta pelo Sindicato em prol da categoria profissional.

Com efeito, a Segunda Seção desta Corte já decidiu que:

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. PEDIDO DE RETENÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES A HONORÁRIOS CONTRATUAIS INDEFERIDO PELO JUÍZO TRABALHISTA EM SEDE DE EXECUÇÃO TRABALHISTA (ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/94). SERVIÇO PRESTADO PELOS ADVOGADOS EM AÇÃO RESCISÓRIA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA MOVIDA POR SINDICATO. POSTERIOR AJUIZAMENTO PELOS ADVOGADOS PERANTE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL DE AÇÕES DE COBRANÇA CONTRA OS TRABALHADORES SUBSTITUÍDOS. DEFERIMENTO NESTAS AÇÕES DE PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA RETENÇÃO DE VALORES NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. CONFLITO POSITIVO CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 363/STJ. VEDAÇÃO DE PEDIDOS DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NAS AÇÕES DE COBRANÇA, POR SEREM REPRESENTATIVOS JUSTAMENTE DA MEDIDA PREVISTA NO ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/94, JÁ APRECIADA E INDEFERIDA PELO JUÍZO TRABALHISTA.

1- Segundo previsão contida no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - EAOAB), o advogado pode, mediante a juntada do contrato de honorários aos autos, requerer ao Juízo onde tramita a ação em que atuou, a retenção de valores devidos ao contratante dos serviços advocatícios, para pagamento dos honorários contratados.

2- No caso dos autos, os patronos do Sindicato autor de ação rescisória trabalhista movida no interesse dos trabalhadores substituídos e julgada procedente, foram beneficiados

excepcionalmente com honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, tendo em conta o dever de assistência jurídica sindical e o estado de miserabilidade dos substituídos. Ocorre que, tendo firmado também contratos de honorários com os próprios substituídos, os advogados requereram na execução trabalhista a retenção de parte dos valores devidos aos exequentes para pagamento de seus honorários contratuais, com fundamento no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o que foi indeferido pelo Juízo Trabalhista, dada a existência de contemplação extraordinária daqueles honorários sucumbenciais.

3- Em vista disso, os advogados ingressaram, perante a Justiça comum estadual, com ações de cobrança contra os trabalhadores substituídos, sendo-lhes nestas ações deferidos os pedidos de retenção de valores na execução trabalhista em sede de antecipação de tutela, o que resultou no conflito de competência entre as Justiças comum e especializada.

4- Nos termos da iterativa jurisprudência desta Corte, consolidada na Súmula 363/STJ, é da competência da Justiça comum estadual o processamento e julgamento de ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por profissional liberal em face de seu cliente.

5- Então, no contexto acima descrito, a análise dos pedidos de retenção de valores na execução trabalhista, com base no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, deve ficar a cargo do d. Juízo do Trabalho, sendo descabidos, portanto, esses pedidos de antecipação de tutela nas ações de cobrança em trâmite na Justiça estadual, por serem representativos justamente daquela medida já apreciada e indeferida pelo d. Juízo trabalhista, no âmbito de sua competência.

6- Conflito conhecido para: a) declarar competente para processar e julgar as ações de cobrança de honorários advocatícios o d. Juízo de Direito do Juizado Especial Cível do VI Fórum Universitário de Pernambuco, cassando as liminares deferidas em cada ação, quanto aos pedidos de antecipação de tutela para determinar a retenção de valores nos autos da execução trabalhista em trâmite na 16ª Vara do Trabalho; b) declarar competente para pedidos relativos a providências no âmbito da execução trabalhista, com base no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o d. Juízo da 16ª Vara do Trabalho de Recife." (CC 112.748/PE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 07/11/2012)

Ressalta-se que, conforme exposto na petição inicial, os valores já foram retidos e recebidos na reclamação trabalhista, tratando-se de ação autônoma de cobrança em face do Sindicato e do advogado.

Assim, o que está em discussão são os honorários advocatícios contratuais firmados entre autor e sindicato para representação processual em

reclamação trabalhista, o que atrai a incidência da Súmula 363 do STJ:

"Compete à Justiça Estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente".

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA - RR.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

